

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.

ENTRE

AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.
Emissora

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Agente Fiduciário

30 DE ABRIL DE 2015

2

2





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A." ("**Escritura de Emissão**");

- I. como emissora e ofertante das Debêntures (conforme abaixo definidas) objeto desta Escritura de Emissão:

AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Rua Dona Laura, 320, 6º e 10º andares, Bairro Rio Branco, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90430-090, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 02.016.440/0001-62, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("**Emissora**"); e

- II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("**Agente Fiduciário**").

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

1 DAS AUTORIZAÇÕES

- 1.1 A 3ª (Terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real ("**Debêntures**"), em quatro séries, da Emissora ("**Emissão**"), para distribuição pública com esforços restritos ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 6 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), a celebração da presente Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias (conforme abaixo definidos), a constituição da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), dentre outros, são realizadas com base na deliberação da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 30 de abril de 2015 ("**AGE**"), nos termos do Estatuto Social vigente da Emissora, do artigo 59, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e demais leis e regulamentações aplicáveis.
- 1.2 O Penhor de Ações (conforme definido abaixo) a ser outorgado pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. ("**AES Guaíba**"), no âmbito da Emissão, é concedido com base na reunião de sócios da AES Guaíba, realizada em 30 de abril de 2015 ("**Reunião AES Guaíba**"), nos termos do Contrato Social vigente da AES Guaíba.
- 1.3 A constituição das Garantias (conforme abaixo definidas) foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 24 de março de 2015 ("**Autorização ANEEL**").

2 DOS REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1 Arquivamento e Publicação da ata da AGE e da Reunião AES Guaíba

- 2.1.1 A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERGS") e (ii) no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.
- 2.1.2 Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição desta Escritura de Emissão nos termos do item 2.2 abaixo, serão igualmente arquivados na JUCERGS e publicados no DOERGS e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.
- 2.1.3 A ata da Reunião AES Guaíba será arquivada na JUCERGS.

2.2 Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

- 2.2.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão inscritos na JUCERGS, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.
- 2.2.2 Quaisquer Aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscritos na JUCERGS, nos termos deste item 2.2.

2.3 Constituição das Garantias

- 2.3.1 As Garantias serão formalizadas por meio dos Contratos de Garantias (conforme abaixo definidos), e serão constituídas mediante o registro: (i) do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, e qualquer aditivo subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) do Contrato de Penhor de Ações, e qualquer aditivo subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos Contratos de Garantias e dos artigos 39 e 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei de Registros Públicos"), conforme aplicável, em até 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) a contar da data de sua respectiva assinatura. Uma via original de cada Contrato de Garantia, bem como de qualquer aditivo subsequente, devidamente registrada nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, deverá ser entregue pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do seu efetivo registro em tais cartórios.

2.4 Registro para Distribuição

- 2.4.1 As Debêntures serão devidamente registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, submetendo-se ao controle

de compensação e liquidação da CETIP, observadas, ainda, as normas e os procedimentos de operacionalização de tal sistema.

2.5 Registro para Negociação e Custódia Eletrônica

2.5.1 As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2 Não obstante o disposto no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de cada subscrição por cada Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6 Dispensa de Registro na CVM

2.6.1 A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Capitais**"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos.

2.7 Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.7.1 A Oferta será registrada na ANBIMA, pelo coordenador líder da Oferta, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", estando referido registro condicionado a expedição, até a data de encerramento da Oferta, de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

3 DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1 A Emissora tem por objeto: a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais; b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, bem como operação por conta própria de cabos de transmissão de dados, tais como de telefonia, imagem, som e serviços correlatos; transmissão de dados através de suas instalações, cabos ou outras instalações próprias para esse fim, observadas a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade; c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético e a formação de pessoal técnico a ele necessário,

bem como à prestação de serviços de consultoria e apoio técnico e operacional a outras empresas.

4 DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1** Observado o disposto na Cláusula 8.1(ee) abaixo, os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio (i) das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definidas) serão integralmente destinados ao pré-pagamento da cédula de crédito bancário n.º 101115030006000 emitida pela Emissora em favor do Itaú Unibanco S.A., em 25 de março de 2015, no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); (ii) das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definidas) serão integralmente destinados aos pré-pagamentos (a) da cédula de crédito bancário n.º 339295 emitida pela Emissora em favor do Banco Citibank S.A., em 25 de março de 2015, no montante total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("**CCB Citibank**"), sendo destinados R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) para o pré-pagamento da CCB Citibank e (b) da cédula de crédito bancário n.º 237/202815251079001 emitida pela Emissora em favor do Banco Bradesco S.A., em 25 de março de 2015, no montante total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); (iii) das Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definidas) serão integralmente destinados ao pré-pagamento da cédula de crédito bancário n.º 044.537757-7 emitida pela Emissora em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada pelo seu 4º (quarto) termo de aditamento, celebrado em 25 de março de 2015, no montante total de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais); e (iv) das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidas) serão integralmente destinados aos pré-pagamentos (a) da CCB Citibank, sendo destinados R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) para o pré-pagamento da CCB Citibank e (b) da cédula de crédito bancário n.º AES0001 emitida pela Emissora em favor do Banco J.P. Morgan S.A., em 25 de março de 2015, no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (em conjunto, "**CCBs**").

5 DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

5.1 Número da Emissão

- 5.1.1** A presente Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2 Número de Séries

- 5.2.1** A Emissão será realizada em 4 (quatro) séries.
- 5.2.2** Ressalvadas as referências expressas às debêntures da primeira série ("**Debêntures da Primeira Série**" e "**Primeira Série**", respectivamente), às debêntures da segunda série ("**Debêntures da Segunda Série**" e "**Segunda Série**", respectivamente), às debêntures da terceira série ("**Debêntures da Terceira Série**" e "**Terceira Série**", respectivamente) e às debêntures da quarta série ("**Debêntures da Quarta Série**" e "**Quarta Série**", respectivamente) todas as referências (i) às "**Debêntures**" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e às Debêntures da Quarta Série, em conjunto, e (ii) a "**Séries**" devem ser entendidas como referências à Primeira Série, à Segunda Série, à Terceira Série e à Quarta Série, em conjunto ou separadamente.

5.3 Valor Total da Emissão

- 5.3.1** O valor total da Emissão será de R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("**Valor Total da Emissão**").

sendo (i) R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Primeira Série; (ii) R\$275.000.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões de reais) na Segunda Série, (iii) R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) na Terceira Série, e (iv) R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) na Quarta Série, observado o disposto na Cláusula e 5.4.1 abaixo.

5.4 Quantidade de Debêntures

5.4.1 Serão emitidas 95.000 (noventa e cinco mil) Debêntures, sendo (i) 10.000 (dez mil) Debêntures da Primeira série; (ii) 27.500 (vinte e sete mil e quinhentas) Debêntures da Segunda Série, (iii) 45.000 (quarenta e cinco mil) Debêntures da Terceira Série e (iv) 12.500 (doze mil e quinhentas) Debêntures da Quarta Série.

5.5 Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário

5.5.1 A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("**Banco Liquidante da Emissão**").

5.5.2 A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10 andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("**Escriturador Mandatário**").

5.6 Valor Nominal Unitário

5.6.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), na Data de Emissão, sem prejuízo do atendimento ao disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

5.7 Data de Emissão

5.7.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de maio de 2015 ("**Data de Emissão**").

5.8 Prazo e Datas de Vencimento

5.8.1 As Debêntures da Primeira Série terão prazo de 4 (quatro) meses, contados da Data de Emissão ("**Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série**"), vencendo-se, portanto, em 28 de setembro de 2015, as Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série terão prazo de 58 (cinquenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de março de 2020 ("**Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série**", "**Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série**" e "**Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série**" e, em conjunto com a **Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série**, as "**Datas de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão.

5.9 Forma e Comprovação de Titularidade

5.9.1 As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares e/ou certificados, sendo que para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário.

Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.10 Conversibilidade

5.10.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.11 Espécie

5.11.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia adicional real, conforme disposto na Cláusula 5.12 abaixo.

5.12 Garantias

5.12.1 Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora na presente Emissão incluindo, mas sem limitação (a) aquelas relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Total da Emissão, da Remuneração (conforme abaixo definida), dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e dos demais encargos relativos às Debêntures, estas últimas subscritas e integralizadas e não resgatadas, incluindo a remuneração dos prestadores de serviço da Emissão, que incluem, mas não se limitam, conforme aplicável, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante da Emissão e ao Agente Fiduciário, e dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na data de vencimento, ou em virtude das hipóteses de amortização, resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora e/ou pela AES Guaíba no âmbito desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, incluindo obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos, indenizações, despesas judiciais e honorários advocatícios; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar no âmbito da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução de qualquer das Garantias ("**Obrigações Garantidas**"), em atendimento ao disposto no artigo 1.362 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997 e na Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a Emissão contará com as seguintes garantias reais:

- (i) penhor, em primeiro e único grau, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de 213.414 (duzentas e treze mil, quatrocentas e quatorze) ações ordinárias nominativas e 65.050 (sessenta e cinco mil e cinquenta) ações preferenciais nominativas, correspondentes, em conjunto, a 99,60% (noventa e nove inteiros e sessenta centésimos por cento) do capital votante e 99,70% (noventa e nove inteiros e setenta centésimos por cento) do capital social total da Emissora ("**Ações Empenhadas**"), bem como todos os direitos relativos às Ações Empenhadas, devendo o Penhor de Ações sempre abranger a totalidade das ações de emissão da Emissora de propriedade da AES Guaíba incluindo, para essa finalidade: (i) quaisquer ações de emissão da Emissora que vierem a ser subscritas ou adquiridas pela AES Guaíba em virtude de grupamentos, desdobramentos e bonificações resultantes das

Ações Empenhadas, ou a qualquer título; (ii) direitos de subscrição, preferência, opções, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relativos ou atribuídos à participação societária da Emissora representada pelas Ações Empenhadas; e (iii) todos os dividendos, proventos, bonificações e demais direitos relativos ou atribuídos às Ações Empenhadas ("**Penhor de Ações**"). O Penhor de Ações é concedido sob condição suspensiva, nos termos do art. 125 do Código Civil, estando a sua eficácia condicionada a liquidação integral das CCBs. Os termos e condições do Penhor de Ações encontrar-se-ão detalhados expressamente no "Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações de Emissão da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A." a ser celebrado entre a AES Gualba, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente-anuente ("**Contrato de Penhor de Ações**"); e

- (ii) cessão fiduciária (i) da parcela dos direitos de crédito e dos recebíveis equivalentes à 12% (doze por cento) da arrecadação bruta diária da Emissora, valor esse que correspondeu a 16,8% (dezesseis inteiros e oito décimos por cento) da receita líquida da Emissora ao final de 31 de dezembro de 2014 ("**Valor de Garantia**"), contra os usuários dos serviços de distribuição de energia elétrica de que a Emissora é titular, existente na data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas (conforme definido abaixo) ou a serem futuramente constituídos contra os referidos usuários, limitada, a qualquer tempo até a integral quitação das Obrigações Garantidas, ao Valor de Garantia; (b) da parcela dos direitos da Emissora equivalente ao Valor de Garantia contra o Itaú Unibanco S.A. ("**Agente de Centralização**"), limitada, a qualquer tempo, até a integral quitação das Obrigações Garantidas, ao Valor de Garantia; (c) da totalidade dos direitos relacionados aos recursos que serão transferidos e transitarão pela conta vinculada de titularidade da Emissora mantida no Agente de Centralização, de movimentação exclusiva do Agente de Centralização somente quando autorizado pelo Agente Fiduciário ("**Conta Vinculada**"), independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, observados os limites, termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas; (d) da totalidade dos direitos relacionados aos recursos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) da próxima parcela vincenda da Amortização Programada e/ou da Remuneração, conforme o caso, devidos aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, depositados em uma conta reserva de titularidade da Cedente ("**Conta Reserva**" e, em conjunto com a Conta Vinculada, "**Contas Vinculadas**"), independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, observados os limites, termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas; (e) da totalidade dos direitos sobre as Contas Vinculadas; e (f) da totalidade dos créditos de titularidade da Emissora contra o Agente de Centralização decorrentes da aplicação, conforme solicitação da Emissora, exclusivamente em: (f.i) operações compromissadas, e/ou (f.ii) exclusivamente para aplicações de curto prazo em que a Emissora pretenda solicitar o respectivo resgate em prazo inferior a 30 (trinta) dias à data da aplicação, o produto "**Aplic Aut**" oferecido pelo Agente de Centralização, sendo tais investimentos permitidos vinculados à Conta Reserva e, no caso da Conta Vinculada, somente o o

produto "Aplic Aut" oferecido pelo Agente de Centralização ("Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Penhor de Ações "Garantias"). A Cessão Fiduciária é concedida sob condição suspensiva, nos termos do art. 125 do Código Civil, estando a sua eficácia condicionada a liquidação integral das CCBs. Os demais termos de condições da Cessão Fiduciária encontrar-se-ão descritos no "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas" e, em conjunto com o Contrato de Penhor Ações, "Contratos de Garantias").

5.13 Prazo de Subscrição

5.13.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início de sua distribuição, observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.14 Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização

5.14.1 O preço de integralização das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. A integralização das Debêntures será à vista, podendo ocorrer em data diversa e posterior à sua subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as regras de liquidação financeira da CETIP.

5.15 Amortização do Principal

5.15.1 Amortização Programada

5.15.1.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência das hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão (i) o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Primeira Série será amortizado, em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, (ii) o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série será amortizado em parcelas semestrais, todo dia 28 (vinte e oito) dos meses de março e setembro, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de março de 2016 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série e na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, respectivamente, conforme tabela abaixo ("Amortização Programada"):

Datas de Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
28 de março de 2016	11,1111%
28 de setembro de 2016	11,1111%
28 de março de 2017	11,1111%
28 de setembro de 2017	11,1111%
28 de março de 2018	11,1111%

28 de setembro de 2018	11,1111%
28 de março de 2019	11,1111%
28 de setembro de 2019	11,1111%
Data de Vencimento das Debêntures da Segunda, Terceira e Quarta Séries	Saldo do Valor Nominal Unitário

5.15.2 Amortização Extraordinária Facultativa

5.15.2.1 A Emissora poderá, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa, limitada a 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário ("**Amortização Extraordinária Facultativa**"), acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e com relação exclusivamente à Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda, das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série, acrescido de um prêmio (*flat*) incidente sobre Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("**Prêmio**"), que variará conforme a data da Amortização Extraordinária Facultativa ("**Valor da Amortização Extraordinária Facultativa**"), observada a tabela abaixo:

PRÊMIO (%) FLAT	DATA DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA
1,50	Até o final do 1º (primeiro) ano de vigência das Debêntures
1,25	Até o final do 2º (segundo) ano de vigência das Debêntures
1,00	Até o final do 3º (terceiro) ano de vigência das Debêntures
0,75	Até o final do 4º (quarto) ano de vigência das Debêntures
0,50	Do final do 4º ano Até a Data de Vencimento

5.15.2.2. A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer mediante (i) publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 5.25 desta Escritura de Emissão, ou (ii) comunicação individual dirigida a totalidade dos Debenturistas, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP ("**Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa**"), e em ambos os casos com antecedência, mínima, de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("**Data da Amortização Extraordinária Facultativa**").

5.15.2.3. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizado nos termos desta Cláusula, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 99% (noventa e nove) do Valor Nominal

Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, à época da Amortização Extraordinária Facultativa; (c) menção ao Valor da Amortização Extraordinária Facultativa; (d) percentual do Prêmio que será adotado exclusivamente na Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série; e (e) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

5.15.2.4. Com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a Amortização Extraordinária Facultativa será realizada em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP.

5.15.2.5. A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas da Amortização Programada.

5.16 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

5.16.1 O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não serão atualizados monetariamente.

5.16.2 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida de uma sobretaxa de (i) 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para as Debêntures da Primeira Série ("**Remuneração das Debêntures da Primeira Série**"), e (ii) 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para as Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série ("**Remuneração das Debêntures da Segunda, da Terceira e da Quarta Séries**") e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "**Remuneração**"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Emissão, ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de

spread (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,4000 (para as Debêntures da Primeira Série) e 4,75000 (para as Debêntures da Segunda Série, para as Debêntures da Terceira Série e para as Debêntures da Quarta Série).

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais,

aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.16.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

5.16.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definida abaixo) para que os Debenturistas de cada uma das Séries definam, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. As referidas Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser convocadas em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. As Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata este item 5.16.4 observarão as regras de convocação e realização prevista na Cláusula 10 abaixo. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.

5.16.5 Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização das Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata o item 5.16.4 acima, referidas Assembleias Gerais de Debenturistas, não serão mais realizadas em virtude da perda de seu objeto, com a devida comunicação pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.16.6 Caso, nas Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata o item 5.16.4 acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, (i) 75% (setenta e cinco por

cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) da Primeira Série; (ii) 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação da Segunda Série; (iii) 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação da Terceira Série e (iv) 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação da Quarta Série, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da respectiva Série na qual não houve acordo, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a fórmula estabelecida no item 5.16.2 acima, observando-se a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

- 5.16.7** O resgate descrito acima, assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 5.16.8** A CETIP, o Banco Liquidante da Emissão e o Escriturador Mandatário, estes últimos quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o item 5.16.6 acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 5.16.9** Define-se período de capitalização ("**Período de Capitalização**") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a respectiva Data de Vencimento de cada uma das Séries.

5.17 Pagamento da Remuneração

- 5.17.1** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, (i) a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, e (ii) a Remuneração das Debêntures da Segunda, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série será paga em parcelas semestrais, todo dia 28 (vinte e oito) dos meses de março e setembro, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de setembro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série e na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, respectivamente.

5.18 Repactuação Programada

- 5.18.1** Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.19 Resgate Antecipado

5.19.1 Resgate Antecipado Facultativo

- 5.19.1.1. A Emissora poderá, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo**").
- 5.19.1.2. A Emissora deverá comunicar os Debenturistas, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante da Emissão, a CETIP e Escriturador Mandatário acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("**Comunicação de Resgate**").
- 5.19.1.3. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) exclusivamente em caso de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda, das Debêntures da Terceira e/ou das Debêntures da Quarta Série, do Prêmio (*flat*) que variará conforme a data do Resgate Antecipado Facultativo, observada a tabela abaixo ("**Valor do Resgate Antecipado Facultativo**"):

PRÊMIO (%) FLAT	DATA DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO
1,50	Até o final do 1º (primeiro) ano de vigência das Debêntures
1,25	Até o final do 2º (segundo) ano de vigência das Debêntures
1,00	Até o final do 3º (terceiro) ano de vigência das Debêntures
0,75	Até o final do 4º (quarto) ano de vigência das Debêntures
0,50	Após o 4º ano de vigência das Debêntures até a Data de Vencimento

- 5.19.1.4. O pagamento das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante da Emissão e pelo Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

- 5.19.1.5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão canceladas.

5.19.2. Oferta de Resgate Antecipado

5.19.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("**Oferta de Resgate Antecipado**"):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos do item 5.25 abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência ("**Editais de Oferta de Resgate Antecipado**"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso (iii) abaixo; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para se manifestarem formalmente perante a Emissora, findo o qual a mesma terá determinado prazo, conforme estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente deverá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- (v) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante da Emissão e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado; e

- (vi) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.19.3. Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série

5.19.3.1. A Emissora deverá aplicar a totalidade dos recursos oriundos de financiamento a ser contratado pela Emissora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES (“**BNDES**”) e o Banco Itaú BBA S.A., este último na qualidade de instituição financeira intermediadora (“**Financiamento BNDES**”), no resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série (“**Resgate Antecipado Obrigatório**”). Caso a aprovação do BNDES seja em volume (a) inferior ao valor total das Debêntures da Primeira Série efetivamente colocadas, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório parcial das Debêntures da Primeira Série, observado o disposto nas Cláusulas 5.19.3.2, 5.19.3.4 e 5.19.3.5 abaixo, em valor equivalente à diferença entre o valor total das Debêntures da Primeira Série efetivamente colocadas e o volume aprovado pelo BNDES, em até 10 (dez) Dias Úteis da referida aprovação, sendo certo que quando do efetivo desembolso do Financiamento BNDES, deverá ser realizado o Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade das Debêntures da Primeira Série remanescentes; ou (b) igual ao valor total das Debêntures da Primeira Série efetivamente colocadas, a Emissora deverá realizar, quando do desembolso do Financiamento BNDES, o Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade das Debêntures da Primeira Série efetivamente colocadas. Para ambas as hipóteses, deverá ser observado a Cláusula 5.19.3.2 abaixo.

5.19.3.2. Na hipótese do desembolso parcial dos recursos decorrentes do Financiamento BNDES à Emissora, a Emissora deverá, quantas vezes forem necessárias, realizar o resgate antecipado obrigatório parcial das Debêntures da Primeira Série, com a utilização da totalidade dos recursos desembolsados à época pelo Financiamento BNDES, sendo certo que, (i) até o pagamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série, deverá ser realizado Resgate Antecipado Obrigatório, parcial ou total, conforme o caso, sempre que ocorrer o desembolso de recursos decorrentes do Financiamento BNDES, (ii) em caso de Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures da Primeira Série, o resgate será realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a ser convocada pelo Agente Fiduciário para deliberar sobre os critérios aplicáveis, observado, para tanto, o disposto nas Cláusulas 5.19.3.4 e 5.19.3.5 abaixo e (iii) o Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição financeira intermediadora e devidamente autorizado pela Emissora nesse sentido, transferirá os recursos creditados pelo BNDES na conta a corrente de livre movimentação da Emissora para o Banco Liquidante da Emissão, conforme o caso, para realização do Resgate Antecipado Obrigatório.

5.19.3.3. A Emissora obriga-se a, (a) na mesma data do recebimento dos recursos oriundos do Financiamento BNDES, caso os recursos tenham sido desembolsados até às 15h00 (inclusive); ou (b) em até 1 (um) Dia Útil da data do recebimento dos recursos oriundos do Financiamento BNDES caso os recursos tenham sido desembolsados após as 15h00 (exclusive), notificar os Debenturistas, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante da Emissão e a CETIP sobre o Resgate Antecipado Obrigatório. Tal

comunicado deverá informar (i) a data do Resgate Antecipado Obrigatório, que deverá ser a data mais próxima à data do recebimento dos recursos oriundos do Financiamento BNDES, observado os prazos e procedimentos adotados pela CETIP; (ii) menção ao Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido); (iii) se o Resgate Antecipado Obrigatório será total ou parcial, observado o disposto no item 5.21.1.6. abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório ("**Comunicação de Resgate**").

5.19.3.4. Caso (i) por qualquer razão não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série de que trata o subitem (ii) da Cláusula 5.19.3.2 acima, ou (ii) ainda que havendo a referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio, o sorteio relativo ao referido resgate obrigatório parcial será realizado pelo Agente Fiduciário usando-se para tanto as práticas usuais de mercado.

5.19.3.5. No caso do Resgate Antecipado Obrigatório parcial mencionado no subitem (ii) da Cláusula 5.19.3.2 acima, tal resgate deverá ser realizado, por meio de operação de compra e venda definitiva, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar tal Resgate Antecipado Obrigatório parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.19.3.6. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser realizado de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

5.19.3.7. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures da Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Obrigatório será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório; e (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, se for o caso, não sendo devidos quaisquer prêmios nesta hipótese ("**Valor do Resgate Antecipado Obrigatório**").

5.19.3.8. O pagamento das Debêntures da Primeira Série objeto de Resgate Antecipado Obrigatório será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures da Primeira Série custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante da Emissão, no caso de Debêntures da Primeira Série que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. (2)

5.19.2 As Debêntures da Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Obrigatório serão canceladas.

5.20 Encargos Moratórios

5.20.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não

compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

5.21 Local de Pagamento

5.21.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede do Banco Liquidante da Emissão; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.22 Imunidade Tributária

5.22.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.22.2 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 5.24.1 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 5.22.2, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante da Emissão ou pela Emissora.

5.22.3 Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 5.22.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

5.23 Prorrogação dos Prazos

5.23.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado e/ou domingo. Portanto, para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia: (a) que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, e (b) exceto para a obrigação de pagamento que deva ser realizada por meio da CETIP, o dia em que haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

5.24 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 5.24.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.23 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.25 Publicidade

- 5.25.1 Todos os avisos, anúncios e demais atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOERGS e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora poderá alterar qualquer jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, devendo os Debenturistas verificarem com o Agente Fiduciário sobre a eventual alteração do jornal de publicação.

5.26 Aquisição Facultativa

- 5.26.1 À Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista no item 2.5.2 acima, Debêntures em Circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou último pagamento conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, e dos Encargos Moratórios, se for o caso ("**Aquisição Facultativa**"). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 5.26.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

5.27 Direito de Preferência

- 5.27.1 Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

5.28 Classificação de Risco

- 5.28.1 A Standard & Poor's ("**Agência de Classificação de Risco**") foi contratada como agência de classificação de risco para as Debêntures atribuindo *rating* 'brA-2' às Debêntures da Primeira Série, 'brA+' às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série e 'brA+' às Debêntures da Quarta Série, a serem emitidas no âmbito da Oferta.

6 DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

6.1 Colocação e Procedimento de Distribuição

6.1.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de valores mobiliários ("**Coordenadores**"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

6.1.2 Os Coordenadores organizarão a distribuição e colocação das Debêntures, observado disposto na Instrução CVM 476, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores qualificados, conforme definidos no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**"), seja justo e equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora ("**Plano de Distribuição**"). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:

- (I) os Coordenadores poderão, no contexto dos esforços restritos das Debêntures, acessar 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- (II) os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no item (ii) acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476; (ii) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no art. 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, deverão subscrever, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476;
- (III) não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;
- (IV) não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam Investidores Qualificados, e assinem a Declaração de Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), nos termos do inciso VI abaixo;

- (V) os Investidores Qualificados deverão assinar "Declaração de Investidor Qualificado" atestando, dentre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada na CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável; e
- (VI) Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

6.2 Procedimento de Bookbuilding: Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para as Debêntures ("**Procedimento de Bookbuilding**").

7 DO VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Observado o disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, entre a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ciência da ocorrência das hipóteses descritas nos itens 7.1.1 e 7.1.2 abaixo (cada uma, um "**Evento de Vencimento Antecipado**"):

7.1.1 Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto no item 7.2 abaixo:

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou pela AES Guaíba;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou da AES Guaíba;
- (c) falta de pagamento, pela Emissora do Valor Total da Emissão e /ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, não sanadas no prazo de 1 (um) Dia Útil contado das respectivas datas de vencimento;
- (d) transformação do tipo societário da Emissora e/ou perda e/ou o cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM;
- (e) questionamento judicial, pela Emissora, pela AES Guaíba, por qualquer de suas controladoras e/ou controladas, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias ou se for verificada a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantias;

- (f) alteração do controle acionário da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações que não resulte na AES Corporation como controladora direta ou indireta da Emissora, exceto se aprovada pelos Debenturistas;
- (g) cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) envolvendo a Emissora, para a qual não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas;
- (h) se houver alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar as suas atividades preponderantes, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- (i) redução de capital social da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelo Debenturistas, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, ou se realizada para absorção de prejuízo;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora da obrigação de depósito, na Conta Reserva, dos recursos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) da próxima parcela vincenda de cada pagamento da Amortização Programada e/ou da Remuneração, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal depósito deveria ter sido realizado, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas;
- (k) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório, caso a razão Dívida Líquida Financeira Acrescida de Dividendos pelo Ebitda seja superior a 2,5x, com base nas últimas demonstrações financeiras da Emissora publicadas, sendo certo que, para os fins desta alínea, "Dívida Líquida Financeira Acrescida de Dividendos" significa a Dívida Líquida Financeira da Emissora acrescida dos dividendos que a Emissora tenha intenção de declarar a qualquer momento;
- (l) se a Emissora utilizar os recursos líquidos obtidos com a presente Emissão para fins adversos do previsto nesta Escritura de Emissão;
- (m) caso a Emissora pague dividendos em desacordo com o estabelecido no Contrato de Penhor de Ações;
- (n) se a Emissora prometer, ceder ou transferir suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, total ou parcialmente, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- (o) celebração de contratos de mútuo pela Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (intercompany loans) sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, exceto se o pagamento de principal, juros e demais encargos for inteiramente subordinado ao pagamento da dívida objeto desta Escritura de Emissão;
- (p) se houver qualquer alteração da composição do capital social da Emissora, mediante: (i) emissão de novas ações, de bônus de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou de partes beneficiárias, em todos os casos, sem observância das restrições impostas no Contrato de Penhor de Ações; (ii) outorga de opção de compra de quaisquer desses títulos;

(iii) criação de nova espécie ou classe de ações, sem que permaneça inalterado o percentual de participação da AES Guaíba no capital votante e no capital social total da Emissora; e (iv) quaisquer hipóteses que possam acarretar o direito de recesso ao acionista dissidente, que não tenham recebido tratamento específico nesta Cláusula 7, salvo se em todos os casos descritos nos subitens (i) a (iv) desta alínea, houver concordância prévia dos Debenturistas e forem observadas e cumpridas pela Emissora as obrigações estabelecidas no Contrato de Penhor de Ações;

- (q) protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o montante total de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da notificação de protesto a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, ou ainda (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- (r) não renovação, cancelamento, revogação, intervenção ou suspensão, bem como término antecipado ou transferência a terceiro, do Contrato de Concessão n.º 12/1997 - DNAEE, para distribuição de energia elétrica, celebrado entre a União, a Emissora e a AES Guaíba, em 06 de novembro de 1997, conforme aditado de tempos em tempos, desde que tal situação persista por mais de 30 (trinta) dias;
- (s) decisão(ões) judicial(is) transitada(s) em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado total ultrapasse(m) o montante total de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), desde que a Emissora não comprove ao Agente Fiduciário o pagamento do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- (t) credenciar qualquer instituição financeira ou prestadora de serviços para arrecadar direitos de crédito e recebíveis de usuários pelos serviços de distribuição de energia elétrica que não tenha concordado com a notificação dos Anexos II ou III Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, conforme o caso;
- (u) criar, sem prévia autorização dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, novas contas de centralização além das Contas Centralizadoras (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas; e
- (v) ocorrência ou existência de um inadimplemento, evento de inadimplemento, ou qualquer outra condição ou evento (de qualquer forma descritos) pela Emissora, nos termos de um ou mais acordos financeiros ou instrumentos financeiros, que resulte ou possa resultar no vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora ou possa tornar exigível antes do tempo qualquer obrigação que valor individual ou agregado igual ou superior ao montante total de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

7.1.2 Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 7.3 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- (a) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para a execução de seu objeto social, conforme descrito no estatuto social da Emissora, salvo aquelas que estejam em processo de renovação e desde que o pedido de renovação tenha sido realizado dentro dos prazos regulamentares e de acordo com a legislação aplicável;
- (b) o não pagamento de tributos ou quaisquer outros valores cobrados por entidades governamentais, exceto quando tais tributos ou valores sejam contestados de boa-fé pelos procedimentos legais apropriados e tenham sua exigibilidade suspensa nos termos da Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1966, conforme alterado ("**Código Tributário Nacional**") ou da regulamentação vigente aplicável a cada caso;
- (c) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (d) onerar, empenhar ou dar em garantia todo ou parte material de seus ativos permanentes;
- (e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias relacionados à presente Emissão e às Garantias, incluindo, mas sem limitação à substituição e reforço das Garantias, nos termos dos Contratos de Garantias, dentro de um prazo de 15 (quinze) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (f) se a Emissora ou a AES Gualba sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que afete qualquer das Garantias prestadas, conforme aplicável;
- (g) as declarações e garantias prestadas pela Emissora e pela AES Gualba nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias e/ou em outros instrumentos a eles relacionados, revelarem-se incorretas, incompletas, omissas, enganosas, inverídicas, inconsistentes e/ou imprecisas;
- (h) se as obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão deixarem de concorrer pelo menos "*pari passu*" com todas as demais dívidas da Emissora que tenham garantias da mesma natureza das Garantias outorgadas na presente Emissão, presentes e futuras;
- (i) alienar, vender (mesmo sob a forma de "*sale leaseback*"), transmitir ou transferir toda e qualquer parte de seus ativos, exceto nos seguintes casos: (i) para ativos imobilizados cujo valor unitário ou agregado total não ultrapasse o montante total de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (ii) se o produto da alienação, venda ou transmissão for utilizado para o Resgate Antecipado Facultativo ou para a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures e (iii) com relação aos recebíveis dos serviços de distribuição de energia elétrica, caso eles sejam alienados no âmbito de contratos de compra e venda de energia, ou na celebração de eventuais contratos de financiamento com o BNDES;

(j) não-manutenção pela Emissora por 2 (dois) trimestres consecutivos, dos seguintes índices e limites financeiros, verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora, e apurados e revisados trimestralmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada trimestre, a partir de 31 de março de 2015, e apresentados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude desta Escritura de Emissão:

(i) O Índice obtido pela divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não poderá ser superior a 3,5 vezes.

Onde:

"Dívida Líquida Financeira" significa a Dívida da Emissora de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

"Dívida" significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da Emissora evidenciadas por títulos, debêntures, notas, ou instrumentos similares; (c) todas as obrigações ou direitos da Emissora evidenciados por contratos de derivativos, (d) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (e) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora; (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; (g) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora em relação a aceites bancários, excluindo-se (1) empréstimos setoriais compulsórios (**"Empréstimos Compulsórios"**), (2) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás (**"Empréstimos Eletrobrás"**); (3) todas as obrigações relativas a planos de previdência privada; e (4) empréstimos concedidos por entidades governamentais a fim de neutralizar os impactos no fluxo de caixa das distribuidoras causados pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa. As exclusões mencionadas nos itens "1" e "2" acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades;

"EBITDA" significa o somatório dos últimos doze meses (a) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (b) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificada na conta de "custo de operação", e (c) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (**"ANEEL"**), desde que não incluídos no resultado operacional acima;

(i) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelo

Resultado Financeiro (conforme abaixo definido) não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

"Resultado Financeiro" é o valor resultante da Despesa Financeira subtraída a Receita Financeira.

"Despesas Financeiras" significa as despesas da Emissora em qualquer período dos últimos 12 meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida. As despesas financeiras excluem aquelas relacionadas a (a) Empréstimos Compulsórios, (b) Empréstimos Eletrobrás, (c) todas as obrigações relativas a planos de previdência privada, e (d) empréstimos concedidos por entidades governamentais a fim de neutralizar os impactos no fluxo de caixa das distribuidoras causados pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa. As exclusões mencionadas nos itens "a" e "b" acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades;

"Receita Financeira" significa as receitas da Emissora em qualquer período, relacionadas ao total de juros recebidos nesse período, excetuando, em todo caso, os valores recebidos a título de variação cambial nos preços de compra da energia oriunda da hidrelétrica de Itaipu.

- 7.2 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 7.1.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 7.3 Na ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 7.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das Séries, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula 10 abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 7.4 Nas Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata o item 7.3 acima, Debenturistas representando, no mínimo, (i) 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) da Primeira Série; (ii) 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação da Segunda Série; (iii) 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação da Terceira Série e (iv) 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação da Quarta Série, poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável.
- 7.5 Na hipótese: (i) da não instalação, em segunda convocação, das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s) e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante da Emissão.

- 7.6** Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula 12 desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula 12 desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 7.7** O resgate das Debêntures de que trata o item 7.6 acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 7.5 acima.
- 7.8** A CETIP e o Escriturador Mandatário, quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 7.9** Para fins nos itens 7.1.1(a) e 7.1.1(b) acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial.

8 DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) observado o disposto no alínea (iii) abaixo, cópia de suas informações trimestrais (ITR) completas relativas ao respectivo trimestre; (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (3) cópia do relatório específico de apuração dos Índices Financeiros elaborados trimestralmente pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente

Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado; (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (a) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (b) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora; e (4) cópia do relatório específico de apuração dos Índices Financeiros elaborados trimestralmente pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros para sua obtenção, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) cópia das informações pertinentes à Instrução da CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 480**"), nos prazos ali previstos ou, se não houver, prazo determinado neste normativo, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem realizados, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar as cópias das respectivas informações ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
- (iv) cópia dos avisos aos debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, até 3 (três) Dias Úteis após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (v) em até 02 (dois) Dias Úteis da data de solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (vi) caso solicitado, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de solicitação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (vii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado em até 1 (um) Dia Útil após sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição

da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;

- (viii) em até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em qualquer efeito adverso relevante (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável;
 - (ix) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer comunicação enviada pela ANEEL à Emissora relativa a uma possível causa de término ou resolução de sua concessão;
 - (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
 - (xi) observado o disposto no item 9.4, inciso (xiii) abaixo, para fins da realização do relatório anual preparado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto na Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM 28**"), a Emissora obriga-se desde já a enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as sociedades sob controle comum e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (xiii) do item 9.4 abaixo.
- (b) informar ao Agente Fiduciário, até o Dia Útil imediatamente subsequente à data que tiver conhecimento, sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
 - (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - (d) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
 - (e) notificar, no Dia Útil imediatamente subsequente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;

- (f) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;
- (g) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) manter seu registro de companhia aberta perante a CVM durante a vigência das Debêntures, mantendo-o atualizado de acordo com nos termos da Instrução CVM 480;
- (i) quando solicitado, fornecer aos seus acionistas, Debenturistas e ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (k) notificar, no Dia Útil imediatamente subsequente à data que tiver conhecimento, o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (l) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social, o que inclui, mas não se limita a realizar operações fora de seu objeto social, conforme descrito na Cláusula 3 acima, e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, conforme aplicável;
- (n) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos, normas administrativas, determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais e ordens aplicáveis à condução dos seus negócios, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, inclusive, mas não se limitando à Legislação Socioambiental (conforme abaixo definida), às Leis Anticorrupção (conforme abaixo definidas) e a Instrução CVM 480, salvo (i) nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial; e (ii) por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica e financeira, seus resultados operacionais, suas atividades, sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias, conforme aplicável, e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (o) manter válidas e regulares as licenças, concessões, alvarás ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões, alvarás ou aprovações necessárias para a execução de seu objeto social (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, nos Contratos de

Garantias, conforme aplicável, e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta;

- (p) manter pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidas pela Instrução CVM 476;
- (q) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação, o Banco Liquidante da Emissão e o Escriturador Mandatário; o Agente Fiduciário; e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário, por meio do CETIP21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (r) contratar e manter contratada a Agência de Classificação de Risco da Emissão, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures de cada Série anualmente, até a Data de Vencimento da respectiva Série ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da respectiva Série, nos termos desta Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro; (b) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar no Dia Útil imediatamente subsequente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a a Fitch Ratings ou a Moody's America Latina; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- (s) aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito na Cláusula 4 desta Escritura de Emissão;
- (t) observar as disposições da Instrução CVM 476 e da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e normas de conduta;
- (u) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERGS, em até 10 (dez) Dias Úteis do seu registro;
- (v) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais dos Contratos de Garantias e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, em até 10 (dez) Dias Úteis do seu registro;
- (w) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

- (x) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (y) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, na Lei das Sociedades por Ações e nas regras da CVM, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas, desde que estes tenham se tornado públicos;
- (z) manter os ativos necessários à condução de suas atividades (a) em boas condições de operação e manutenção; bem como (b) segurados por sociedades seguradoras de boa reputação e que gozem de boa situação financeira, com apólices que cubram o mesmo valor e os riscos que usualmente são cobertos na mesma área por sociedades que se dediquem às mesmas atividades, ou atividades similares;
- (aa) não utilizar, e assegurar que seus respectivos conselheiros, diretores, empregados e agentes não utilizem, os recursos decorrentes da presente Emissão (A) para favorecer uma oferta, pagamento, promessa de pagamento, ou autorização para pagamento ou entrega de dinheiro ou qualquer outro bem de valor, a qualquer Pessoa, em violação das Leis Anticorrupção, (B) para o financiamento ou facilitação de quaisquer atividades, negócios ou transações de, ou com, qualquer Pessoa Sancionada, ou em um País Sancionado, ou (C) de qualquer forma que possa resultar na violação de quaisquer Sanções (conforme abaixo definidas) aplicáveis a qualquer das partes envolvidas na Emissão. Para os fins desta Escritura de Emissão, (i) "**Pessoa**" significa uma pessoa física ou jurídica, de direito ou de fato, uma associação voluntária, qualquer governo ou qualquer de suas subdivisões políticas, quaisquer agências ou quaisquer entes governamentais, (ii) "**Pessoa Sancionada**" significa, a qualquer tempo, (ii.a) qualquer Pessoa indicada em qualquer lista de Pessoas, que seja relacionada a Sanções, mantida pelo Escritório de Controle de Bens Estrangeiros do Escritório do Tesouro dos Estados Unidos da América (Office of Foreign Assets Control of the U.S. Department of the Treasury ("**OFAC**")), Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, Conselho de Segurança das Nações Unidas, União Europeia ou qualquer estado-membro da União Europeia, (ii.b) qualquer Pessoa que opere, seja organizada ou residente em qualquer País Sancionado ou (ii.c) qualquer Pessoa controlada por quaisquer destas Pessoas, e (iii) "**País Sancionado**" significa, a qualquer tempo, um país ou território que seja, ele próprio, sujeito, ou alvo, de quaisquer Sanções (na data do presente instrumento, Cuba, Irã, Coreia do Norte, Sudão e Síria, sendo que tal lista pode mudar a qualquer momento);
- (bb) manter em vigor e executar políticas e procedimentos destinados a assegurar a observância por seus respectivos conselheiros, diretores, empregados e agentes das Leis Anticorrupção e Sanções (conforme definido abaixo) aplicáveis;

- (cc) informar imediatamente, por escrito, o Agente Fiduciário sobre detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção (conforme abaixo definidas) que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora e/ou por seus respectivos Representantes (conforme abaixo definidos), exceto quando o dever de sigilo e confidencialidade estiver prescrito em leis e regulamentação aplicáveis;
- (dd) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (ee) destinar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente aos fins previstos na Cláusula 4 desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de integralização das Debêntures; e
- (ff) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora obriga-se a:
 - (i) preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (iv) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM 358 no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (vi) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário e aos Coordenadores; e
 - (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

8.2 As despesas a que se refere item 8.1(x) acima, compreenderão, entre outras, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da

Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) Dias Úteis;

- c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- d) *conference calls* e contatos telefônicos;
- e) despesas de viagem, transporte, estadia e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que sejam devidamente comprovadas; e
- f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9 DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos das normas e legislações aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

9.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, e todos os seus termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, conforme aplicável, tem poderes bastantes para tanto;
- (f) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, conforme aplicável, constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- (g) verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável;
- (h) é uma sociedade por ações, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (i) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

- (j) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário;
- (n) verificou, com base nas informações prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (o) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

9.2.2 O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas no item 9.2 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos relativos à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a última Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações, principais e acessórias, da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a última Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.3.1 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- (i) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (ii) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;

- (iii) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- (iv) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- (v) a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias, observado o disposto nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável;
- (vi) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- (vii) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso "iv" acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso "iv" acima não delibere sobre a matéria;
- (viii) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicar a Emissora e aos Debenturistas, nos termos dos itens 5.25 acima e 12.1 abaixo;
- (ix) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM; e
- (x) a CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

9.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;

- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora caso esta não o faça, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da assinatura da presente, a inscrição desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, e seus eventuais aditamentos, na JUCERGS e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme aplicável, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existente, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo, sem prejuízo das demais exigíveis pela Instrução CVM 28:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme disposto na Cláusula 4 acima, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (h) resgate, amortização, e pagamento da Remuneração realizados nos períodos, termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (j) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (xiii) colocar o relatório de que trata o inciso (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede dos Coordenadores.
- (xiv) publicar às expensas da Emissora, na forma prevista no item 5.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso (xiii) acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xvii) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 5.25 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora e pela AES Gualba de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (xviii) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 8.1, alínea 8.1(u) acima;
- (xix) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (xx) divulgar as informações referidas no inciso (xii) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (xxi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente nos termos do item 5.19.3 acima.
- (xxii) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou website, o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, a ser calculado pela Emissora

9.5 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, e contratará, conforme necessário, escritório de advocacia de renomada reputação, devendo para tanto:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação falimentar;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens 9.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 9.5 (iv) acima.

9.5.2 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura,

correspondentes a uma remuneração anual de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida 20 (vinte) dias contados da aceitação da proposta apresentada pelo Agente Fiduciário. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas nas respectivas Datas de Vencimento.

- 9.5.3** No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures.
- 9.5.4** No caso de celebração de Aditamentos, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
- 9.5.5** As parcelas dos itens 9.5.1 e 9.5.2 acima serão atualizadas pelo IGP-M/FGV, a partir da data de emissão.
- 9.5.6** Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas nas datas de pagamento.
- 9.5.7** Os serviços do Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e Lei das Sociedades por Ações.
- 9.5.8** As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação da Emissora. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, desde que razoáveis, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios, desde que razoáveis, para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.
- 9.5.9** No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem, mas não se limitam, às custas com os registros previstos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, aos gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e

taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e

- 9.5.10** No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou ainda no caso de alteração nas características da presente Emissão, será facultado ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários dispostos na presente Escritura, mediante prévia aprovação da Emissora.
- 9.5.11** O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 9.6** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.7** O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.8** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo item 9.4 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e reproduzidas perante a Emissora.
- 9.9** Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.
- 9.10** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas garantias, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
- 9.11** O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

10 DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**"), observado que:

- (i) quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as Séries, os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as Séries; e
- (ii) quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada Série, os Debenturistas da respectiva Série poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.

10.1.2 Os procedimentos previstos nesta Cláusula 10 serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as Séries, em conjunto, e Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das respectivas Séries, individualmente, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as Séries ou o total de Debêntures da respectiva série, conforme o caso.

10.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso, ou pela CVM.

10.2.1 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 5.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.

10.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

10.4 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

10.5 A primeira convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos de sua realização.

10.5.1 A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

- 10.6** Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 10.7** Cada Debênture conferirá ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, ou das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
- 10.8** Para os fins desta Escritura de Emissão, "**Debêntures em Circulação**" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 10.9** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora.
- 10.10** O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.11** Exceto pelo disposto no item 10.12 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, (i) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as Séries; (ii) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Primeira Série; (iii) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Segunda Série; (iv) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Terceira Série; e (v) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Quarta Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Quarta Série.
- 10.12** Não estão incluídos no quórum a que se refere o item 10.11 acima:
- (a) os quóruns expressamente previstos em outros itens e/ou Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - (b) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro, inclusive no caso de

renúncia ou perdão temporário; (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula 10, (viii) alteração na estrutura e/ou composição das Garantias, e/ou (ix) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação, de forma segregada para cada uma das Séries, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

11 DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante, nesta data, que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta atualizado perante a CVM, de acordo com as leis e regulamentações brasileiras aplicáveis;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças, e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias, e seus eventuais aditamentos, à realização da Emissão, da Oferta e ao cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto e sendo todas elas válidas;
- (iii) obteve todas as licenças, concessões, alvarás, autorizações, inclusive as regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias, e ao cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, e aquelas exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, ao exercício das atividades decorrentes seu objeto social, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e regulatórios necessários para tanto e sendo todas elas válidas;
- (iv) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (v) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e de eventuais outros documentos relacionados às Debêntures e/ou à Emissão, e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o Estatuto Social vigente da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, ou quaisquer de seus bens e propriedade;
- (vi) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, e não ocorreu e, na presente data, não há qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (vii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em

seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

- (viii) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora datadas de 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, e informações trimestrais da Emissora disponíveis, representam corretamente as posições financeiras da Emissora em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora. Desde a data de tais demonstrações financeiras (i) não houve nenhuma alteração adversa relevante na situação financeira, econômica e/ou nos resultados operacionais da Emissora, em suas projeções futuras ou resultados de suas operações; (ii) não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora; e (iii) não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora, exceto pela emissão das CCBs;
- (x) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para a execução de seu objeto social, incluindo, mas sem limitação a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, exceto por aquelas que estejam sendo contestadas de boa-fé pela Emissora, bem como declara que suas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("**Legislação Socioambiental**") e que a utilização dos valores objeto da Emissão não implicará na violação da Legislação Socioambiental;
- (xi) encontra-se adimplente com todos os termos do Contrato de Concessão n.º 12/97, firmado entre a Emissora e a União Federal, por intermédio da ANEEL ("**Contrato de Concessão**"), bem como conduz o seu negócio de acordo com todas as leis e regulamentações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a Legislação Socioambiental, legislação trabalhista, Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, e as Resoluções da ANEEL n.º 334, de 21 de outubro de 2008, 63, de 12 de maio de 2004 e 605, de 11 de março de 2014, exceto por eventuais descumprimentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora;
- (xii) exceto conforme informado no Formulário de Referência ("**Formulário de Referência**"), disponível no site da Emissora e da CVM, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um qualquer efeito adverso relevante (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável em suas

condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável;

- (xiii) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente aos fins previstos na Cláusula 4 desta Escritura de Emissão;
- (xiv) (a) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas por ocasião da Oferta incluindo, mas não se limitando, àquelas contidas nesta Escritura de Emissão, no Formulário de Referência, em comunicados ao mercado, fatos relevantes e no material de divulgação da Oferta (se houver), são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures e (b) não há outras informações que não aquelas mencionadas no item (a) acima (1) cuja omissão faça com que qualquer informação do material de divulgação da Oferta (se houver), do Formulário de Referência, comunicados ao mercado e fatos relevantes seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente e/ou (2) que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias;
- (xv) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou, ainda, aquelas objeto de procedimento administrativo ou judicial do qual a Emissora ainda não tenha sido citada ou notificada;
- (xvi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, ou para a realização da Emissão e da Oferta, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE e da Reunião AES Guaíba na JUCERGS; (ii) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCERGS; (iii) pela publicação da ata da AGE no DOERGS e no jornal Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul; (iv) pelo posterior arquivamento da referida publicação na JUCERGS; (v) pelo registro das Debêntures na CETIP; e (vi) pelo registro dos Contratos de Garantias, e seus eventuais aditamentos, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de que trata o item 2.3.1 acima e (vii) pela Autorização ANEEL;
- (xvii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xviii) todas as ações cíveis relevantes envolvendo a Emissora estão descritas (a) no Formulário de Referência ou (b) em fatos relevantes ou comunicados ao mercado divulgados pela Emissora, e que, até a presente data, a informação descrita no Formulário de Referência e eventualmente complementada por fato relevante ou

comunicado ao mercado permanece válida e atualizada e que não há qualquer outra ação cível relevante que não esteja descrita no Formulário de Referência ou eventualmente em fato relevante ou comunicados ao mercado, exceto por aquelas objeto de procedimento administrativo ou judicial do qual a Emissora ainda não tenha sido citada ou notificada;

- (xix) inexistente descumprimento de qualquer disposição contratual ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, que seja relevante e de conhecimento da Emissora, que possa vir a de qualquer forma anular, alterar, invalidar, questionar esta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias e/ou afetar a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações decorrentes aqui e ali previstas, exceto por aqueles questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha impacto adverso relevante para suas atividades ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias;
- (xx) poderá ter recursos retidos, transferidos ou bloqueados, ou poderá incorrer em prejuízos de qualquer natureza, em virtude da aplicação ou observância da legislação e da regulamentação do Brasil, ou da legislação e regulamentação dos Estados Unidos da América (incluindo, sem limitação, regulamentações emitidas pelo OFAC", e concorda que não responsabilizará os Debenturistas em nenhuma destas hipóteses;
- (xxi) até a presente data, nem a Emissora e nem seus diretores, membros de conselho de administração e, no melhor do seu conhecimento, quaisquer funcionários ou terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seus respectivos benefícios ("**Representantes**") incorreu nas seguintes hipóteses, bem como ter ciência de que a Emissora, diretores, membros de conselho de administração e, no melhor do seu conhecimento, quaisquer funcionários ou terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seus respectivos benefícios não podem: (i) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iii) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iv) praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (v) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer disposição do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, conforme alterado, ou qualquer legislação ou regulamentação aplicável que implemente o *OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions*, disposição nos termos do *Bribery Act* de 2010 do Reino Unido, da Lei brasileira de anticorrupção nº 12.846, de 1 de agosto de 2013

ou nos termos de qualquer outra lei anti-suborno ou anticorrupção aplicável ("**Leis Anticorrupção**");

- (xxii) conduz seus negócios em conformidade com a legislação anticorrupção às quais pode estar sujeita, bem como declara ter instituído e mantido, bem como se obriga a (i) continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso ora assumido; (ii) realizar eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque; e (iii) conduzir processo de *due diligence* contratual com relação a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento (conjuntamente denominadas "**Obrigações Anticorrupção**");
 - (xxiii) as operações da Emissora são e sempre foram conduzidas em conformidade com os requisitos referentes a manutenção de registros e relatórios financeiros, as leis de prevenção à lavagem de dinheiro aplicáveis na jurisdição onde a Emissora conduz seus negócios, as regras e regulamentações ali previstas e quaisquer regras, regulamentações ou orientações correlatas ou afins, emitidas, administradas ou impostas por qualquer autoridade governamental ou regulatória (coletivamente, as "**Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro**") e nenhuma ação, processo ou procedimento por ou perante qualquer juízo ou autoridade governamental ou regulatória, autoridade, órgão ou qualquer árbitro envolvendo a Emissora ou quaisquer de suas subsidiárias com relação às Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro está em andamento ou, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora, é iminente; e
 - (xxiv) nem a Emissora e, no melhor conhecimento da Emissora, nem qualquer Representante, é, atualmente, objeto ou alvo de quaisquer sanções administradas ou impostas pelo governo dos Estados Unidos da América (incluindo, sem limitação, a Secretaria de Controle de Bens Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América (*Office of Foreign Assets Control of the U.S. Department of the Treasury – OFAC*) ou o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (*U.S. Department of State*), incluindo, sem limitação, a designação como "*specially designated national*" ou "*blocked person*"), pelo Conselho de Segurança dos Estados Unidos da América (*United Nations Security Council – UNSC*), pela União Européia, por Her Majesty's Treasury - HMT, ou por quaisquer outras autoridades relevantes sancionadoras (em conjunto, "**Sanções**"), a Emissora não está localizada, constituída ou domiciliada em um País Sancionado; e a Emissora não utilizará, direta ou indiretamente, os recursos da Emissão, ou emprestará, contribuirá ou de outra forma disponibilizará esses recursos a qualquer parceiro de joint venture ou outra pessoa ou entidade para (i) financiar ou facilitar quaisquer atividades ou negócios com qualquer pessoa que, no momento de tal financiamento ou facilitação, seja objeto ou alvo de tais Sanções, (ii) financiar ou facilitar quaisquer atividades ou negócios em qualquer País Sancionado; ou (iii) de qualquer outra forma que resulte na violação por qualquer pessoa (incluindo qualquer pessoa que esteja participando da transação), de tais Sanções.
- 11.1.2 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado, pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 11.1 acima.

11.1.3 Sem prejuízo do disposto no item 11.1.2 acima, a Emissora obriga-se a notificar, no Dia Útil imediatamente subsequente à data em que tomar ciência, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem, de forma total ou parcial, que são inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11.2 A Emissora declara, ainda (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça de exercer, plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal, contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

12 DAS NOTIFICAÇÕES

12.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) **Para a Emissora:**

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320, 6º e 10º andares

CEP 90430-090 – Porto Alegre – RS

At.: Sra. Clarissa Sadock Accorsi

C/c: Eduardo Luís Toledo Pinto

Tel.: (11) 2195-2503 / (11) 2135-7220

Fax: (53) 3328-4117

Email: clarissa.saddock@aes.com / eduardo.pinto@aes.com

(ii) **Para o Agente Fiduciário:**

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas, n.º 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca,

Rio de Janeiro – RJ

At.: Antônio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

Email: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(iii) **Para o Banco Liquidante da Emissão**

Itaú Unibanco S.A

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal

04344-902 - São Paulo - SP

At.: Luiz André Negrin Petito

e-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(iv) **Para o Escriturador Mandatário:**

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo – SP

CEP 04538–132

At.: Luiz André Negrin Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(v) **Para a CETIP:**

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

São Paulo – SP

CEP: 01.452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- 12.2** As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 13.2** É vedada a transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão.
- 13.3** A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 13.4** Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 13.5** Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei 5.865, de 11 de janeiro de 1975, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes, desde já, que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
- 13.6** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

14 DA LEI E DO FORO

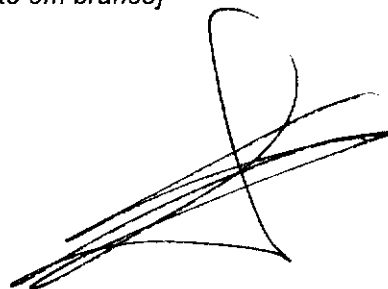
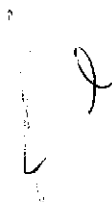
- 14.1** Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Porto Alegre, 30 de abril de 2015

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke.A small, handwritten mark or signature in the right margin, resembling a stylized 'e' or a cursive flourish.A small, handwritten mark or signature in the right margin, consisting of a vertical line and a small loop.

[Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A."]

AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A.

Nome:

Cargo:

Paulo Camillo Penna

Diretor

Nome:

Cargo:

Sidney Simonaggio

Diretor de Operações
da Distribuição

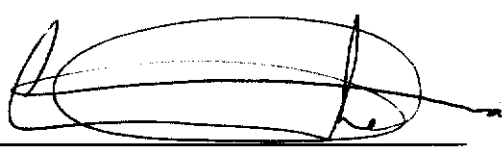
[Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A."]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:


Fernando Nunes Luis
Procurador

Nome:
Cargo:


Leonardo Carres P. Moreira
Procurador
Leonardo Carres P. Moreira

[Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A."]

Testemunhas

Nome:
CPF:
R.G:

Nome:
CPF:
R.G:

P

12

